

PREFEITURA MUNICIPAL DO NATAL
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO NOMINAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
PERÍODO: MARÇO A ABRIL / 2015

ANEXO V

RREO - ANEXO VI (LRF, art 53, inciso III)

R\$ 1,00

<u>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA</u>	SALDO		
	Em 31/Dez/2014 (a)	Em Jan-Fev/2015 (b)	Em Mar-Abr/2015 (c)
DÍVIDA CONSOLIDADA (I)	391.254.010,17	378.750.522,60	378.383.313,47
DEDUÇÕES (II)	195.267.531,85	100.477.854,66	113.050.143,97
Disponibilidade de Caixa bruta	121.679.554,96	20.574.684,62	23.898.548,89
Demais Haveres Financeiros	283.672.949,30	233.485.053,86	225.761.359,52
(-) Restos a Pagar Processados (Exceto precatórios)	210.084.972,41	153.581.883,82	136.609.764,44
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (III) = (I - II)	195.986.478,32	278.272.667,94	265.333.169,50
RECEITA DE PRIVATIZAÇÕES (IV)			
PASSIVOS RECONHECIDOS (V)			
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA (VI) = (III + IV - V)	195.986.478,32	278.272.667,94	265.333.169,50

<u>RESULTADO NOMINAL</u>	PERÍODO DE REFERÊNCIA	
	No Bimestre (c-b)	Até o Bimestre (c-a)
VALOR	(12.939.498,44)	69.346.691,18

<u>DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL</u>	VALOR CORRENTE
META DE RESULTADO NOMINAL FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA	7.173.000,00

REGIME PREVIDENCIÁRIO

<u>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA</u>	SALDO		
	Em 31/Dez/2014 (a)	Em Jan-Fev/2015 (c)	Em Mar-Abr/2015 (c)
DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA (VII)	0,00		
Passivo Atuarial			
Demais Dívidas			
DEDUÇÕES (VIII)	215.739.995,20	237.913.946,97	246.514.076,41
Disponibilidade de Caixa Bruta	216.157.936,85	238.331.888,62	246.924.010,46
Investimentos	0,00	0,00	0,00
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados	417.941,65	417.941,65	409.934,05
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (IX) = (VII - VIII)	(215.739.995,20)	(237.913.946,97)	(246.514.076,41)
PASSIVOS RECONHECIDOS (X)			
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (XI) = (IX - X)	(215.739.995,20)	(237.913.946,97)	(246.514.076,41)

FONTE: CONTROLADORIA GERAL DO MUNICÍPIO - CGM

NOTAS EXPLICATIVAS

Com o objetivo de atender o princípio da transparência na gestão dos recursos públicos e fornecer informações relevantes para a instrumentalização do controle social, assim como propiciar o pleno exercício dos órgãos de controle, apresentam-se as notas explicativas sobre Anexo VIII pertencente ao RREO.

I – Informações Adicionais

Em atendimento aos procedimentos contábeis patrimoniais contidos no anexo II do Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público – MCASP, em especial no que se trata dos Passivos Contingentes, segue abaixo a sua definição, assim como os valores considerados pelo Município:

1) Conceito de Passivo Contingente:

Passivo contingente é:

- a. uma **obrigação possível** resultante de **eventos passados** e cuja existência será confirmada apenas pela ocorrência ou não de um ou mais **eventos futuros incertos** que não estão totalmente sob o controle da entidade; ou
- b. uma obrigação presente resultante de eventos passados, mas que não é reconhecida porque:
 - i. não é provável que uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos ou potencial de serviços seja exigida para a extinção da obrigação; ou
 - ii. não é possível fazer uma estimativa confiável do valor da obrigação.

O Plano de Contas Aplicado ao Setor Público - PCASP elenca alguns tipos de passivos contingentes, por exemplo:

- a. **Controle de passivos contingentes** – compreende as contas que registram o controle dos riscos fiscais que não preencham os requisitos para reconhecimento como passivo classificados como passivos contingentes, conforme identificados no anexo de riscos fiscais da lei de diretrizes orçamentárias. Esse grupo inclui o registro de passivos contingentes **relacionados às demandas judiciais**, dívidas em processos de reconhecimento, avais e garantias concedidas, futuras assunções de passivos e outros;
- b. Controle dos demais riscos fiscais – compreende as contas que registram os riscos fiscais que não preencham os requisitos para reconhecimento como passivo, não classificados como passivos contingentes, conforme identificados no anexo de riscos fiscais da lei de diretrizes orçamentárias, tais como estimativas de frustração de arrecadação de receitas, estimativas de restituição de tributos a maior, estimativas de discrepância de projeções e outros riscos fiscais.

Reconhecimento

Os passivos contingentes não devem ser reconhecidos em contas patrimoniais, mas tão somente registrados em contas de controle no PCASP.

Evidenciação

Para cada classe de passivo contingente, a entidade **deve evidenciar** nas demonstrações contábeis a **descrição da natureza** do passivo contingente, por meio de **notas explicativas**.

2) Passivos Contingentes evidenciados:

Os valores abaixo considerados pra fins de evidenciação foram reconhecidos durante o exercício de 2014 como pertencentes da dívida fundada interna do Município, sendo estes créditos contratuais do extinto BANDERN que foram objetos de cobrança judicial através da Ação de Execução nº 001.95.002772-4 (3º vara da Fazenda Pública da Comarca de Natal):

Quadro 1 – Passivos Contingentes evidenciados

Nº Contrato	Principal	Saldo Devedor Atualizado
83/00007-0	R\$ 757.496,31	R\$ 1.227.440,31
85/10020-0	R\$ 997.426,07	R\$ 1.767.943,38
86/20006-2	R\$ 1.058.666,90	R\$ 5.381.504,95
87/10004-5	R\$ 5.060.817,51	R\$ 25.721.731,54
TOTAL	R\$ 7.874.406,79	R\$ 34.098.620,18

Para a composição da coluna do saldo devedor foram utilizados os valores informados pela Empresa Gestora de ativos do Rio Grande do Norte – EMGERN, empresa sucessora liquidante do ativo e passivo do extinto BANDERN, por meio do Ofício 100/2015-GP de 14/05/2015.

Os valores de outros contratos com o BANDERN também reconhecidos anteriormente como pertencente a dívida fundada foram desconsiderados devido os mesmos não serem objetos de cobrança judicial, portanto, foram atingidos pela prescrição quinquenal, conforme despacho da Procuradoria Geral do Município datado em 06/03/2015.

Os contratos evidenciados são decorrentes de operações na década de 80 e ainda estão pendentes de julgamento definitivo pelo STJ.

Os eventuais débitos do Município de Natal, ora objeto dessas cobranças judiciais, após o trânsito em julgado, serão quitados por meio de Precatório Requisitório de pagamento, nos termos do art. 100 da Constituição Federal, portanto, não havendo eventual impacto imediato do total evidenciado nas finanças municipal.

JOSÉ DIONÍSIO GOMES DA SILVA
Controlador Geral do Município

CARLOS EDUARDO NUNES ALVES
Prefeito

LEANDRO SARAIVA DANTAS DE OLIVEIRA
Contador Geral do Município